

Dossiê

Nacional por tradução

Nabil Araújo 

RESUMO

Num ensaio hoje clássico, Roberto Schwarz (1986) demarcou-se tanto dos “nacionalismos de esquerda e direita” e sua “busca de um fundo nacional genuíno [...] através da eliminação do que não é nativo” (o “nacional por subtração”), quanto de “certa filosofia francesa recente” na esteira da qual críticos como Silviano Santiago e Haroldo de Campos teriam buscado inverter o lugar-comum segundo o qual “a cópia é secundária em relação ao original”, oferecendo “uma interpretação triunfalista do nosso atraso”. Três décadas mais tarde, João Adolfo Hansen (2016), assumindo uma “perspectiva internacionalista” que descarta a um só tempo o problema das “ideias fora do lugar” bem como a resposta nacionalista ao mesmo, irá defender, com base em Abel Barros Baptista, a “ideia da literatura como hospitalidade incondicional e tradução”, ignorando, com isso, as profundas desigualdades reconhecidas por Franco Moretti (2001) no “sistema-mundo literário”. O problema reside na falsa equivalência sugerida por Hansen entre “hospitalidade incondicional” e “tradução”: voltando às proposições de Baptista (2005a, 2005b, 2014), mostraremos que a tradução se impõe, na verdade, justamente porque a hospitalidade incondicional, no que se refere à literatura, não passa de uma “utopia”, e que a heterogeneidade linguística que reclama a tradução como performance constitutiva do idioma é justamente o que permite que se recoloque em nova chave o problema do nacional(ismo) no campo estético-literário em geral, e no campo comparatista em particular: *nacional por tradução*.

Palavras-chave: Literatura brasileira; nacionalismo; cosmopolitismo; tradução intralingüística; imagologia.

Recebido em: 28/02/2025

Aceito em: 01/05/2025

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: nabil.araujo@gmail.com

Como citar/How to cite:

ARAÚJO, Nabil. Nacional por tradução. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 67, e66804, maio.-ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i67.66804.pt>

Num ensaio hoje clássico, “Nacional por subtração” (1986), Roberto Schwarz (2006, p. 29), partindo da “experiência do caráter *postiço, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos” (brasileiros e latino-americanos) – experiência sintetizada na fórmula das “ideias fora do lugar” –, demarcou-se tanto dos “nacionalismos de esquerda e direita” e sua “busca de um fundo nacional genuíno [...] através da eliminação do que não é nativo” (Schwarz, 2006, p. 32-33), quanto de “certa filosofia francesa recente” na esteira da qual críticos como Silviano Santiago e Haroldo de Campos buscaram inverter o lugar-comum segundo o qual “a cópia é secundária em relação ao original” (Schwarz, 2006, p. 35), oferecendo “uma interpretação triunfalista do nosso atraso” (Schwarz, 2006, p. 37) análoga à intentada pelo programa antropofágico na década de 1920: “[d]e atrasados passaríamos a adiantados, de desvio a paradigma, de inferiores a superiores” (Schwarz, 2006, p. 35).

Exatas três décadas mais tarde, João Adolfo Hansen (2016), assumindo uma “perspectiva internacionalista” que descarta a um só tempo o problema das “ideias fora do lugar” – “não existe nenhuma ideia fora do lugar porque todas as ideias estão na simultaneidade de todos os tempos não simultâneos” (Hansen, 2016, p. 28) –, bem como a resposta nacionalista ao mesmo, irá defender, com base em Abel Barros Baptista, a “ideia da literatura como hospitalidade incondicional e tradução” (Hansen, 2016, p. 32).

Hansen observa que “a constituição do cânone literário pressupõe justamente a do particularismo provinciano do lugar da nação e do nacionalismo das representações consideradas mimeticamente adequadas a ele: *literatura brasileira, dizemos*”, sendo que “o adjetivo *brasileira* é efetivamente o substantivo que nomeia algo essencial, enquanto que *literatura*, o substantivo, é efetivamente o adjetivo”, de forma que “o que realmente importa é a referência, a matéria literária ou, como se diz, o real, a realidade brasileira, o Brasil, de que a literatura é documento” (Hansen, 2016, p. 28). Daí a indagação: “Mas por que literatura brasileira ou alemã ou judaica ou turca ou curda, pondo-se a ênfase em brasileira, alemã, judaica, turca, curda? [...] Por que não literatura mundial ou literatura universal ou, simplesmente, literatura?” (Hansen, 2016, p. 29).

Apoiando-se em Baptista (2014), Hansen lembra que Goethe tratou da *Weltliteratur*, a “literatura mundial”, que daria conta do que “é genericamente humano ou comum a todos os homens de todos os tempos acima das diferenças de suas nações, línguas, raças, culturas etc.”, diferenças estas antes pressupostas do que excluídas pela “fraternidade universal acima de todas as divisões étnicas, culturais, políticas”; e então se questiona: “Isso seria possível?” (2016, p. 29).

Pensando, então, no cânone do romance brasileiro, nomeadamente em autores como Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Machado de Assis, José de Alencar, Hansen se pergunta, na sequência, se seria possível que os lêssemos “só como ficção, descartando a história brasileira das matérias sociais que são transformadas nas estórias que eles contam nos

seus textos" (2016, p. 30). Ou ainda, retomando a pergunta de Baptista, o qual, por sua vez, a retoma de Michael Wood: "se é possível ler Machado de Assis sem se interessar pelo Brasil do tempo de Machado de Assis" – questão a qual, acrescenta Hansen (2016, p. 31), "pressupõe o propósito cosmopolita da *Weltliteratur*, que na noção moderna de literatura reafirma a concepção política visionária da abertura de um espaço de hospitalidade incondicional".

Baptista (2014, p. 8-9) define da seguinte maneira o que chama de "propósito cosmopolita":

Nos estudos literários, o propósito cosmopolita define o princípio teórico e político que nos orienta a aproximação a qualquer texto com a ideia de que o que há de nobre e de emancipador na noção de literatura é o que nos anima a pressupor que cada texto foi escrito na previsão do estrangeiro que um dia o virá a ler e estará à altura de o ler precisamente na medida em que for capaz de circunscrever os limites da própria incompREENSÃO sem perder de vista o privilégio de habitar a *mesma casa*, que é a mesma não porque seja desde sempre e essencialmente *a mesma*, antes porque a caracteriza a hospitalidade incondicional.

Já o ensaio de propósito cosmopolita seria aquele que "se aproxima da literatura animado da convicção de que o propósito cosmopolita é inerente à noção de literatura – um propósito constitutivo da literatura moderna" (Baptista, 2014, p. 9).

Crítico da abordagem historiográfica de Antonio Cândido na *Formação da Literatura Brasileira*, Baptista contrastará o tratamento reservado a Machado de Assis na *opus magnum* do mestre uspiano com aquela empreendida cerca de uma década depois no "Esquema de Machado de Assis" (Cândido, 1995), então tomado pelo crítico português como exemplo de ensaio de propósito cosmopolita:

no "Esquema", Cândido não apela a nomes familiares, [...] mas a uma tradição comum, a do romance europeu e da noção de literatura que representa. É aí que o propósito cosmopolita pode atuar, e por isso é aí que a incompatibilidade entre as duas perspectivas salta inexorável. Para o mesmo fenômeno – a distância de Machado das "modas literárias" do seu tempo –, Cândido oferece duas descrições incompatíveis, a da *Formação*, que o dá consciente dos predecessores e a querer superá-lo, e a do "Esquema", que o dá a recuperar uma linha do romance europeu que essas "modas" interromperam: a primeira desenha uma linha contínua, a segunda refere uma linha quebrada; a primeira postula uma evolução irreversível, a segunda acredita no resgate do anacrônico; a primeira está claramente circunscrita ao espaço nacional, como se essa linha contínua e irreversível se desenrolasse num compartimento estanque, ao passo que a segunda requer um espaço difuso de trocas e influências, não determinado nacionalmente. E, acima de tudo, a primeira requer o conhecimento do processo da "formação" como condição da inteligibilidade de Machado, a segunda não só o dispensa como torna Machado um romancista muito mais relevante porque capaz de atuar criticamente sobre a tradição e a atualidade da situação literária europeia. (Baptista, 2014, p. 20-21).

Baptista se permitirá falar, assim, em “dois Machados”, cuja diferença entre si seria, na verdade, “expressão eloquente da diferença entre dois Candidos”, a saber: o Candido da *Formação*, “o crítico comprometido com a nação, empenhado em entregar aos brasileiros um Machado que os represente, por numerosos e sofisticados que sejam os mediadores dessa representação”, e o Candido do “Esquema”, “o crítico comprometido com a literatura, na busca de um Machado que o estrangeiro possa chamar de seu sem que o brasileiro se sinta espoliado” (Baptista, 2014, p. 21).

Essa discussão sobre o “propósito cosmopolita” da literatura e dos estudos literários empreendida Abel Barros Baptista precisaria ser analisada à luz do alerta feito por um dos maiores teóricos da “literatura mundial” na contemporaneidade, Franco Moretti, num ensaio hoje clássico: “Conjectures on World Literature” [Conjecturas sobre a literatura mundial] (2001).

Hansen endossa inadvertidamente a concepção universalista de *Weltliteratur* postulada no século XIX por Goethe – a qual “se referia ao que é genericamente humano e comum a todos os homens” –, ignorando as profundas desigualdades reconhecidas por Moretti (2001) no chamado “sistema-mundo literário”.

Retornando, então, “àquela velha ambição de uma *Weltliteratur*”, dado que “a literatura que nos cerca é, sem dúvida, um sistema planetário”, Franco Moretti (2001, p. 46) tomará de empréstimo a “hipótese inicial do sistema mundial da escola de história econômica, para a qual o capitalismo internacional é um sistema simultaneamente único e *desigual*: com um centro e uma periferia (e uma semiperiferia) interligados numa relação de crescente desigualdade”, para então acrescentar:

Única e desigual: *uma* literatura (*Weltliteratur*, no singular, como em Goethe e Marx), ou talvez, melhor ainda, um sistema literário mundial (de literaturas interligadas), mas um sistema diferente daquele em cujo surgimento Goethe e Marx apostaram suas esperanças, por sua profunda diferenciação. (Moretti, 2001, p. 47).

Complementarmente, Moretti evocará Roberto Schwarz, mais especificamente a passagem de *Ao vencedor as batatas* em que o crítico brasileiro afirma que “também nas Letras a dívida externa é inevitável, sempre complicada, e não é parte apenas da obra em que aparece”, antes “[f]az figura no corpo geral da cultura, com mérito variável, e os empréstimos podem facilmente ser uma audácia moral ou política, e mesmo de gosto, ao mesmo tempo que um desacerto literário” (Schwarz, 2000, p. 47). Donde conclui Moretti (2001, p. 47-48): “É isso o que significa *una e desigual*: o destino de uma cultura [...] é intersectado e alterado por uma outra cultura (do centro) que a ignora por completo. Um cenário familiar, essa assimetria no poder internacional”.

A esse respeito, Moretti evoca, ainda, a conclusão de Fredric Jameson a respeito das origens da moderna literatura japonesa de que “a matéria-prima da experiência social japonesa e os padrões formais abstratos das construções do romance ocidental nem sempre podem ser reunidos com perfeição”, e arremata: “Roberto Schwarz, trabalhando independentemente, descobriu o mesmo parâmetro no Brasil” (Moretti, 2001, p. 49-50).

Moretti acredita reconhecer aí “uma *lei da evolução literária*”, a qual chamará de “lei de Jameson”, segundo a qual “em culturas pertencentes à periferia do sistema literário [...], o romance moderno não surge como um desenvolvimento autônomo, mas como um compromisso entre a influência formal do Ocidente (geralmente francesa ou inglesa) e materiais locais” (Moretti, 2001, p. 50); e ainda: “quando uma cultura começa a se mover em direção ao romance moderno, trata-se *sempre* de um compromisso entre formas estrangeiras e material local” (Moretti, 2001, p. 51).

Moretti observa que para Jameson a relação aí em jogo é “fundamentalmente binária”: de um lado, “os padrões de formas abstratas na construção do romance ocidental”, de outro, “a matéria-prima da experiência social japonesa” – ou: “forma e conteúdo, basicamente” (Moretti, 2001, p. 53) –, acrescentando que o mesmo argumento é sustentado por Antonio Cândido em “Literatura e subdesenvolvimento” (Moretti, 2001, p. 63).¹ Moretti contradiz, então, esse binarismo de Jameson e de Cândido nos seguintes termos:

Para mim, se parece mais com um triângulo: formas estrangeiras, material local – e *formas locais*. Ou, simplificando: *enredos estrangeiros, personagens locais* e, então, *vozes narrativas* locais. É precisamente nessa terceira dimensão que tais romances apresentam maior instabilidade [...]. Faz sentido: o narrador é o polo de comentário, de explicação, de avaliação, e quando os “padrões formais” estrangeiros (ou a efetiva presença estrangeira, nesse aspecto) faz com que os personagens se comportem de maneira estranha (como Bunzo, ou Ibarra, ou Brás Cubas), então, é claro, o comentário se torna constrangido – prolixo, excêntrico, desordenado. (Moretti, 2001, p. 53).

Ora, essa “instabilidade” gerada pela “terceira dimensão” das “vozes narrativas” nos romances é justamente o que trará um obstáculo considerável ao estudo da literatura mundial tal como previsto por Moretti:

Uma vez que tenha se tornado claro que a chave variável do experimento foi a voz do narrador, então, uma genuína análise formal foge às minhas limitações, já que exigiria uma competência linguística que nem sonho em ter (francês, inglês, espanhol, russo, japonês, chinês e português, e isso apenas para o cerne dessa argumentação). Provavelmente, independentemente do objeto de análise, haverá sempre um ponto no qual o estudo da literatura mundial deve se valer de um especialista naquela literatura nacional, numa espécie de necessária e cósmica divisão de trabalho. (Moretti, 2001, p. 54).

¹ Ver Cândido (1989). Na verdade, essa já é a perspectiva na *Formação da literatura brasileira* (1959), na teoria da formação do romance brasileiro avançada na *opus magnum* de Cândido, como aponta, aliás, Roberto Schwarz no livro sobre Machado de Assis citado por Moretti: “Ver na citada *Formação da literatura brasileira* os capítulos que tratam de romance. O seu conjunto compõe uma teoria da formação deste gênero no Brasil, e pode ser lido como uma introdução a Machado de Assis. [...] a tradição é considerada, ao menos em parte, com vistas no aproveitamento que Machado lhe dará” (Schwarz, 2000, p. 40-41).

Como se percebe, as vozes narrativas implicam um obstáculo justamente na medida em que demandam incontornavelmente uma leitura cerrada na língua original da narrativa estudada – excluindo, portanto, o tipo de *distant reading* [leitura distante] que Moretti gostaria de atrelar ao estudo da literatura mundial. A necessidade de “uma genuína análise formal” das vozes narrativas em línguas diversas recoloca, pois, um problema aparentemente desconsiderado pela “leitura distante” morettiana, a saber, o problema da *tradução*.

Em direção oposta, a dimensão tradutória da literatura se encontra no cerne da proposta internacionalista de Hansen, o problema residindo antes na falsa equivalência então sugerida pelo crítico brasileiro entre “tradução” e “hospitalidade incondicional”.

De volta às proposições de Baptista (2005a, 2005b, 2014) nas quais Hansen se baseia, constata-se que, para o autor português, a tradução se impõe, na verdade, justamente porque a hospitalidade incondicional, no que se refere à literatura, não passa de uma “utopia”, e que a heterogeneidade linguística que reclama a tradução como performance constitutiva do idioma é justamente o que permite que se recoloque em nova chave o problema do nacional(ismo) no campo estético-literário: *nacional por tradução*.

Nesse sentido, vale a pena nos determos na discrepância entre Hansen e Baptista. Ainda sobre a questão da literatura como abertura de um espaço de “hospitalidade incondicional”, Hansen (2016, p. 32) afirma que “Abel propõe que outro nome para essa concepção de literatura podia ser tradução”. Fundindo então a referida concepção de literatura e a perspectiva da tradução numa única e mesma ideia – a “ideia de literatura como hospitalidade incondicional e tradução” –, Hansen assevera que ela “põe de lado o universalismo que elimina as línguas e as diferenças das línguas; também põe de lado o nacionalismo da língua que tem a pretensão de afirmar a existência de um núcleo essencial impossível de ser traduzido nas outras”. Quando voltamos ao texto de Baptista, contudo, essa é uma ideia que não procede:

Essa concepção da literatura poderia receber outro nome – tradução –, *não fosse o traço decisivo do caráter incondicional da hospitalidade*. Decerto é *quase de tradução que se trata*, mas passando entre os polos extremos que a definem: a tradução visa necessariamente à inteligibilidade sem restos – e por isso a hospitalidade é possível –, mas nunca opera o transporte unívoco de um conteúdo prévio – e por isso a hospitalidade é incondicional. A ideia da literatura como hospitalidade incondicional recusa tanto o universalismo como morada última que apaga todas as línguas quanto o nacionalismo cioso do núcleo essencial insusceptível de tradução. A literatura é uma linha que passa entre esses dois polos, força que cria unidades além deles e tensões por causa deles: unidades apesar das tensões, tensões não obstante as unidades. E não há razão para que essa ideia não seja válida no quadro da mesma língua, ou do que com tanta facilidade se chama “a mesma língua”. *A língua, eis justamente o que separa*: porque é a língua que permite reconhecer o estrangeiro como estrangeiro e sobretudo quando fala a mesma língua, ou quando fala a

nossa língua. / *O sonho emancipador aqui seria então que a literatura unisse o que a língua separa*, que a literatura se constituísse morada de encontro, de cruzamento, de estada e exercício da hospitalidade sem condições. (Baptista, 2014, p. 9-10; grifos meus, com exceção daquele em “*nossa*”).

Bem entendido, a ideia da literatura como hospitalidade incondicional – aquela que, segundo Baptista, recusa tanto o universalismo quanto o nacionalismo – não se deixaria (con)fundir, simplesmente, com a definição de tradução, justamente em razão da *incondicionalidade* que caracteriza a primeira, mas que não poderia ser estendida à segunda: portanto, é *quase* de tradução que se trata, enfatiza Baptista: se a tradução, com efeito, “visa necessariamente à inteligibilidade sem restos”, ela, na verdade, “nunca opera o transporte unívoco de um conteúdo prévio” – e isto, poder-se-ia dizer, por causa da *língua*, “justamente o que separa”, “[o] que permite reconhecer o estrangeiro como estrangeiro e sobretudo quando fala a mesma língua”.

Ora, a tradução se impõe justamente onde quer que haja língua, sobretudo ou justamente naquilo que a língua revela de intraduzível. É neste horizonte de (in)traduzibilidade da/na língua, que vem a se projetar, aliás, para Baptista, o “sonho emancipador” da literatura como aquilo-que-une-o-que-a-língua-separa...

Como percebeu Moretti em face da irredutível variabilidade das vozes narrativas nos romances por ele estudados, a “competência linguística” em idiomas diversos que então lhe faltava (em francês, espanhol, russo, japonês, chinês, português, etc.) era justamente o ponto de intercessão entre o literário e o nacional, o ponto, bem entendido, “no qual o estudo da literatura mundial deve se valer de um especialista naquela literatura nacional” (Moretti, 2001, p. 54).

Eis o ponto à luz do qual, aliás, é preciso lembrar, com Baptista (2005b, p. 33), que “não é possível ensinar literatura brasileira ignorando o problema da nacionalidade literária, problema constitutivo e estruturante”. Ao invés, prossegue o autor: “Trata-se antes de perceber os constrangimentos adversos e, no interior deles, resistir-lhes orientando o ensino num sentido que permita desarticulá-los” – desarticulação, antes de tudo, “da pressuposição de um laço natural com a própria língua” (Baptista, 2005b, p. 34):

A ideia diretora consiste na afirmação de que a homogeneidade suportada por uma mesma língua é uma ilusão criada pela ignorância do constante trabalho de tradução que o domínio de uma língua implica. Corpo de possibilidades, a língua é uma rede de heterogeneidades, e por isso a tradução se impõe, não apenas entre línguas, mas entre variantes – nacionais, sociais, regionais, históricas, profissionais etc. – da mesma língua. O conhecimento de uma língua implica por isso não apenas o domínio das possibilidades de tradução, mas ainda, e sobretudo, a capacidade de lidar com tudo o que resiste à tradução, os nós de singularidades irredutíveis (que não têm conteúdo nacional). O horizonte de uma plena tradutibilidade ideal defronta sempre a irredutibilidade do intraduzível – e isso no interior da mesma língua, da mesma variante,

do mesmo dialeto. Esta percepção da língua como rede diferencial, em que cada variante remete para outra, incapaz de se definir por si mesma, desarticula os primeiros pressupostos do nacionalismo, quer porque impede a neutralização da língua pela pressuposição do laço natural de pertença, quer porque relativiza todos os esforços de demarcação nacional ou regional com base nas diferenças linguísticas. (Baptista, 2005b, p. 34-35).

Repensar, portanto, a literatura brasileira, não como pretensa hospitalidade incondicional no horizonte de uma plena tradutibilidade ideal, em suma, como aquilo-que-une-o-que-a-língua-separa, e sim, ao invés, como performance tradutória intralingüística que inevitavelmente se defronta com a irredutibilidade do intraduzível, permite que recoloquemos, em chave desarticuladora, aquele “problema constitutivo e estruturante”, reconhecido por Baptista, “o problema da nacionalidade literária”, e isto em duas frentes complementares: (i) a da revisão do problema da “língua literária”, “no Brasil um aspecto particular, posto decisivo, do problema da nacionalidade” (Baptista, 2005b, p. 35); (ii) a da reintrodução do problema nacional não em termos de *representação*, mas de *citação* (Baptista, 2005b, p. 36). Assim:

(i) Será necessário mostrar então que a diferenciação linguística não constitui fator de nacionalização senão através de uma tradução apropriadora, que remete ao Brasil o que antes de mais se define no quadro dessa rede de possibilidades e de heterogeneidades que é a língua. O caso de Guimarães Rosa, a este respeito, afigura-se particularmente exemplar: a “literatura estrangeira na mesma língua” é aquela em que o trabalho de tradução se mostra tão indispensável como limitado no interior da mesma língua”. (Baptista, 2005b, p. 35).

(ii) esta perspectiva permite reintroduzir o problema nacional, mas nas condições acima descritas, isto é, citando-o: a obra escolhida não representa a qualidade “brasileira” mas a finalidade de ostentar qualidade brasileira. É possível, por exemplo, incluir no programa *Iracema* de José de Alencar e a partir dela discutir todos os problemas da nacionalidade literária: analisando a figura do amparo do autor, que através de advertências, cartas, posfácios e notas procura estabelecer o significado nacional da novela, surpreende-se o desamparo do texto do ponto de vista da nacionalidade; e analisando a construção da novela, surpreende-se o recurso a uma matriz literária europeia e o procedimento literário que a desvia no sentido da finalidade de alegoria da formação do Ceará e do Brasil. Ao mesmo tempo, a opção entre “obras de grandeza absoluta” e “obras de importância histórica decisiva”, não se tornando indiferente, passa para o segundo plano, porque é possível, no caso do segundo grupo, procurar, através da construção literária, aquilo que as torna decisivas no processo particular de delimitação nacional. (Baptista, 2005b, p. 36).

Um programa de investigação e análise nesse sentido já havia sido delineado, mais de uma década antes, por um crítico brasileiro citado por Hansen em seu ensaio, Roberto Reis, na hoje clássica reflexão por ele empreendida acerca da questão do cânone literário:

Tendências como o indianismo e o sertanismo são esforços para captar a cor local do país e o *ethos* brasileiro, numa mímesis de corte realista, que obedece ao primado da observação. Um exame cuidadoso da literatura de nosso oitocentos, entretanto, revelaria como aquela ficção acaba dizendo mais a respeito das camadas sociais que a escreviam e a fruíam do que dos índios ou sertanejos que supostamente pretendiam captar, tomados estes como “heróis” dos textos em que comparecem. Neste sentido, se poderia escrever que uma considerável parcela da produção literária do Brasil oitocentista acaba se configurando como uma espécie de autorretrato das elites que a produziam e consumiam. No esforço de forjar uma representação “realista” do país (de sua natureza, de figuras como o indígena ou o homem do interior), na exata medida em que esta captação serviria para delinear o “perfil nacional”, ela acaba se traindo, se contradizendo e fornecendo um retrato da ideologia dos segmentos senhoriais. Ser brasileiro, para aquelas frações ilustradas, “desterradas em sua própria terra”, era ser europeu nos trópicos. O “nacionalismo” presente nesta produção é aquele que interessa ao projeto de consolidação do Estado nacional. (Reis, 1992, p. 80).

Hoje em dia, o programa delineado por Reis há mais de três décadas poderia ser ampliado para o de uma imagologia da literatura brasileira, particularmente atenta ao problema do *nacional por tradução* – tradução intercultural e intralingüística de um “Outro” por um “Eu”, pensando-se no “estrangeiro” de que fala Daniel-Henri Pageaux inclusive, ou sobretudo, em termos do “estrangeiro na mesma língua” de que fala Baptista:

toda imagem procede de uma tomada de consciência, por mínima que seja, de um Eu em relação a um Outro, de um aqui em relação a um alhures. [...] é a expressão, literária ou não, de um distanciamento significativo entre duas ordens de realidade cultural. [...] é a representação de uma realidade cultural estrangeira por meio da qual o indivíduo ou o grupo que a elaborou (ou que a partilham ou que a propagam) revelam e traduzem o espaço social, ideológico, imaginário nos quais querem se situar. Tomado como horizonte de estudo, esse espaço é o palco em que se expressam, com a ajuda de imagens e de representações, as modalidades segundo as quais uma sociedade, uma cultura se vê, se pensa, se sonha – pensando e observando o estrangeiro, também tomado como objeto de uma fantasia. A imagem do estrangeiro pode *igualmente* dizer certas coisas sobre a cultura de origem (observante). Toda alteridade revela uma identidade – ou vice versa. (Pageaux, 2011, p. 110-111).

Outrora combatidos como resquício indesejado do paradigma historicista do comparatismo ocidental, os estudos imagológicos são hoje “reconhecidos pelo *establishment* comparatista como uma das bases dos estudos culturais, e até mesmo do ‘multiculturalismo’”, observa Pageaux (2011, p. 109). A imagologia é aí entendida, em sentido lato, para muito além dos restritivos parâmetros nacionalistas que a reduziam, no comparatismo clássico, a um estudo das representações de uma determinada nacionalidade estrangeira numa determinada literatura nacional (algo como: imagens da Espanha e/ou do espanhol na literatura francesa). Daí Pageaux optar por falar em “dimensão estrangeira” como

“presença do Outro” – “cada vez que a dimensão estrangeira aparece como problema, intervém também a questão imagológica, isto é, a presença do Outro, de seu espaço natural e cultural” (Pageaux, 2011, p. 114) –, evocando, assim, uma estrangeiridade expandida, e, mesmo, estrutural, a qual, no limite, se confundiria com a alteridade daquelas “singularidades irredutíveis” que, segundo Baptista, a um só tempo requerem e resistem à tradução, e que “não têm conteúdo nacional”.

A concepção de imagem em Pageaux projeta, assim, uma práxis imagológica não nacionalista, além de essencialmente não realista: “O problema da falsidade da imagem, da representação, não cabe nesses estudos”, constata, com efeito, Pageaux, explicando que o interesse é, antes, o de compreender “a lógica da representação”, ou “a lógica de uma escrita, de um imaginário”; eventualmente, “o funcionamento de uma ideologia” (Pageaux, 2011, p. 111). Ora, nesses termos, uma leitura imagológica de escritores brasileiros canônicos como os mencionados por Hansen encarnaria muito apropriadamente aquela leitura contracanônica imaginada por Roberto Reis no sentido de “desmontar o processo de canonização de autores e textos levada a cabo por nossa historiografia literária” (Reis, 1991, p. 80).

Mas o que embasaria, afinal, essa leitura imagológica contracanônica? Antes de mais nada, um foco incansável nos aspectos linguísticos/enunciativos da construção discursiva da imagem do Outro, justamente o que tende a ser negligenciado ou invisibilizado pela leitura canônica nacionalista e realista da literatura brasileira. Pageaux (2011, p. 115) estabelece como primeiro nível de estudo imagológico, “primeiro e fundamental”, enfatiza o autor, “a palavra”:

A imagem de um estrangeiro em um texto é primeiramente um conjunto de palavras para dizer o Outro. Convém, em um texto, identificar o campo lexical, as possíveis isotopias, os processos de comparação que são espécies de equivalentes ou de aproximações para dizer o Outro, ser atento à adjetivação, expressão elementar do julgamento de valor e da hierarquização, realçar as palavras do Outro, inscritas no texto, sem equivalentes possíveis, assim como tantos elementos de alteridade irredutíveis: encontramos, em outra esfera, a questão do intraduzível. (Pageaux, 2011, p. 112).

Bem entendido, “as palavras do Outro inscritas no texto” integram os “tantos elementos de alteridade irredutíveis” que remetem àquilo que tanto Baptista quanto Pageaux concebem como a “irredutibilidade do intraduzível” a configurar, dir-se-ia, o Outro como “singularidade irredutível” em face do discurso do Eu. Mas o que Pageaux também revela, por outro lado, é que este Outro irredutível só se projeta discursivamente *enquanto* “tomada de consciência” de um Eu em relação a ele, *enquanto* efeito de um esforço de tradução portanto, esforço que se encarna num dado “campo lexical”, em determinadas “isotopias”, em determinados “processos de comparação”, em determinada “adjetivação” como “expressão elementar do julgamento de valor e da hierarquização”.

Em suma, também este enunciador-tradutor e seu discurso se configuram como singularidade irredutível, no limite intraduzível – a qual, não obstante, só se projeta discursivamente *enquanto* tomada de consciência de um Eu em relação a um Outro.

Para retornar ao exemplo de Roberto Reis, “o índio” ou “o sertanejo” em Alencar (o que se estenderia, bem entendido, a qualquer pretensa “representação” do Brasil e dos brasileiros na literatura) se projetariam como singularidade irredutível apenas em contraste com o narrador “europeu nos trópicos” – e vice-versa, num antagonismo reciprocamente constitutivo, na “rede diferencial” da língua como atividade social (portanto: atividade necessariamente *tradutória*).

Eis, então, as condições de possibilidade para que se recoloque, hoje, em nova chave, o problema do nacional(ismo) no campo estético-literário em geral, e no campo comparatista em particular: nacional por tradução.

Referências

BAPTISTA, Abel Barros. O cânone como formação. In: BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2005a. p. 41-80.

BAPTISTA, Abel Barros. Ensinar literatura brasileira em Portugal. In: BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2005b. p. 19-39.

BAPTISTA, Abel Barros. O propósito cosmopolita. In: BAPTISTA, Abel Barros. *Três emendas*: ensaios machadianos de propósito cosmopolita. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 7-29.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Duas cidades, [1968] 1995. p. 17-39.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, [1970] 1989. p. 140-162.

HANSEN, João Adolfo. Lugar do cânone e da crítica nos estudos literários da universidade hoje. In: LOPES, Dayana M. et al. (org.). *VI Seminário dos alunos da Pós-Graduação da UERJ*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2016. p. 7-38.

MORETTI, Franco. Conjecturas sobre a literatura mundial. Tradução de Luiz Antonio Aguiar e Marisa Sobral. In: SADER, Emir (org.). *Contracorrente*: o melhor da New Left Review em 2000. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 45-64.

PAGEAUX, Daniel-Henri. Elementos para uma teoria literária: imagologia, imaginário, polissistema. Trad. de Katia A. F. de Camargo. In: PAGEAUX, Daniel-Henri. *Musas na encruzilhada: ensaios de literatura comparada*. Frederico Westphalen; São Paulo; Santa Maria: Editora da URI/Hucitec; Editora da UFSM, 2011. p. 109-127.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 65-92.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, (1986) 2006. p. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

National by translation

ABSTRACT

In a now classic essay, Roberto Schwarz (1986) distanced himself from both "left-wing and right-wing nationalisms" and their "search for a genuine national background [...] through the elimination of what is not native" (the "national by subtraction"), as well as from "a certain recent French philosophy" in the wake of which critics such as Silviano Santiago and Haroldo de Campos sought to invert the commonplace according to which "the copy is secondary to the original", offering "a triumphalist interpretation of our backwardness". Three decades later, João Adolfo Hansen (2016), adopting an "internationalist perspective" that simultaneously dismisses the problem of "misplaced ideas" as well as the nationalist response to it, will defend, based on Abel Barros Baptista, the "idea of literature as unconditional hospitality and translation", thereby ignoring the profound inequalities recognized by Franco Moretti (2001) in the "literary world-system". The problem lies in the false equivalence suggested by Hansen between "conditional hospitality" and "translation": returning to Baptista's propositions (2005a, 2005b, 2014), we will show that translation is imposed, in fact, precisely because unconditional hospitality in relation to literature is nothing more than a "utopia", and that the linguistic heterogeneity that demands translation as a constitutive performance of language is precisely what allows the problem of national(ism) in the aesthetic-literary field in general, and in the comparative field in particular, to be redefined in a new key: national by translation.

Keywords: Brazilian literature; nationalism; cosmopolitanism; intralinguistic translation; imagology.